

COMISSÃO ESPECIAL
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 227, DE 2004
(Do Senado Federal)

Altera os artigos 37, 40, 144, 194, 195 e
201 da Constituição Federal, para dispor sobre
a Previdência Social, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA
(Do Sr. Eduardo Barbosa e outros)

Altere-se o § 2º ao Art. 40, da Constituição Federal, de acordo com a seguinte redação:

“Art. 40

§ 7º Lei disporá sobre a concessão de pensão por morte, observada a adoção de:

I – regra geral, atribuindo ao benefício valor igual:

- a) à totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito;
- b) à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

II – tratamento excepcional, na fixação do seu valor, para as situações de:

- a) morte em atividade por razões inerentes ao risco da atividade ou por patologias específicas, a partir de equivalência com o disposto no inciso I do § 1º deste artigo;
- b) reversão de aposentadoria por invalidez não proporcional, concedida com base no inciso I do § 1º deste artigo;
- c) dependente portador de deficiência.”

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de emenda procura restabelecer a integralidade da pensão por morte em situações que demandam tratamento diferenciado, conforme está amplamente consagrado no âmbito do Direito Previdenciário brasileiro, tanto no âmbito dos regimes próprios como do regime geral de previdência social, ou pelo menos esteve até a Reforma da Previdência, recentemente efetivada.

No que se refere a esse benefício, a Emenda Constitucional nº 41, de 2003, deixou – como fez com as aposentadorias voluntárias – de estabelecer regra de transição em favor das famílias de todos os servidores ativos e inativos existentes na data da sua publicação. Diante de tamanha transformação, que impôs indiscriminadamente um redutor de 30% sobre a parcela excedente ao teto do regime geral de previdência social, nada mais justo do que amenizar o tratamento dispensado à pensão nas ocorrências de mortes sob circunstâncias de acidente de trabalho, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa e infecciosa, como se dava anteriormente.

Ao buscar realizar tal propósito, ainda que dentro do novo contexto constitucional, usa-se de analogia com a disposição relativa à aposentadoria por invalidez, que reconhece expressamente a repercussão desses motivos, para ensejar excepcionalidade sobre o critério de proporcionalidade do seu valor ao tempo de contribuição, o que constitui a sua regra geral. Assim, se o argumento vale para a concessão da aposentadoria por invalidez, cabe aplicá-la também, com as devidas adaptações, para os dependentes de servidores que enfrentarem a morte em atividade ou em gozo de aposentadoria por invalidez, em decorrência das mesmas razões.

Em reforço ao raciocínio adotado, há a veemência da realidade dos fatos a demonstrar, pelo exemplo de acontecimentos que ganharam a mídia nos últimos meses: a explosão na Base de Lançamentos de Alcântara e a chacina

dos Auditores-fiscais do Trabalho em Unaí, que suscitaram iniciativa legislativa da União quanto à adoção de providências adicionais de indenização e cobertura das necessidades de instrução dos dependentes dos servidores desaparecidos. Isso bem ilustra a conveniência de ajustamento no valor das pensões por morte, não apenas para atender a esses casos, mas também a uma multidão de familiares de servidores anônimos, que, mesmo sem a notoriedade proporcionada pelo impacto de sua morte junto à imprensa nacional, merecem um tratamento digno.

Na opinião deste Parlamentar, essa abordagem não se resume aos eventuais acidentes ou homicídios de servidores no desempenho de suas funções normais, mas sem dúvida deve alcançar todas as outras situações reconhecidas como relevantes, para efeito de tratamento especial, dentro da ótica da sociedade.

Por corresponder também a esse espírito, aproveitei da oportunidade para acoplar a esta proposta de melhoria da pensão situação dos dependentes portadores de deficiência, por coerência com o que está inscrito na PEC proveniente do Senado Federal, relativamente às aposentadorias em condições especiais, ao assegurar tratamento diferenciado a essa modalidade de segurados, tanto no art. 40 quanto no art. 201 da Constituição Federal. Assim entendo, em face das limitações a que está exposto este tipo de dependente, o que de longe justifica a extensão da diferenciação que estou propugnando.

Com as mudanças que ora preconizo no instituto da pensão por morte, acredito que se possa promover correções indispensáveis na Emenda Constitucional nº 41, para conferir-lhe uma feição mais adequada, justa e equilibrada.

Sala de Reuniões, de março de 2.004

Eduardo Barbosa
Deputado Federal